



Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

► **JORNAL DA CIDADE** – Como se encontra a situação da avenida Beira-Mar? O que efetivamente vai ser feito ali?

LUÍZ DURVAL – Houve uma decisão da Justiça em primeira instância, atendendo um processo movido pelo Ministério Público. Na decisão foi dado um prazo de 30 dias e estaria se encerrando e nós vamos começar fazer alguns reparos na área.

► **JC** – Quando?

LD – Logo, logo. Daqui para segunda-feira e continuará interditada até que se conclua os trabalhos. Não tenho ainda uma previsão porque não era um trabalho que estava planejado como nós gostaríamos de fazer. É um serviço que foge ao projeto original que foi previsto para ali, por isso não temos uma avaliação imediata com relação ao tempo. Mas, com o decorrer do serviço, nós poderemos fazer uma avaliação mais adequada.

► **JC** – E o que será feito?

LD – Cumprindo uma determinação judicial com obras emergenciais de reparo na balaustrada e calçada. O trabalho na parte que fica em frente à maré já começou na sexta-feira que é de contenção. Quando a maré enche, o serviço é paralisado. E também vão fazer os reparos nas fissuras e recuperar a calçada, por conta do afundamento.

► **JC** – E o trabalho de recapeamento da cidade, o projeto Rodando no Macio, em que fase se encontra?

LD – Nós já fizemos a avenida Mariano Salmeron, no Siqueira Campos; a Celso Oliva, e temos um registro lamentável a fazer. A Deso avisada com antecedência de que fomos fazer, abriu a pavimentação em vários pontos. Isso é lamentável porque nós entendemos que no fim é desperdício de dinheiro público. Não só em relação a alguns tampões, como até consertos de tubulações de água ou esgoto, mas o fato é que reparos nos serviços deles já foram feitos, apesar de terem sido avisados. Iniciamos na avenida Marieta Leite que esta em fase de execução, mas temos tido alguns percalços.

► **JC** – Que tipo de percalços?

LD – Na semana passada até quarta-feira, nós estávamos sem fornecimento de material por parte da Petrobras, por conta de um problema operacional. Nós recorremos a unidade da Petrobras em Belo Horizonte, mas isso não é um processo simples, porque a estatal é gigantesca e as coisas não são resolvidas num simples telefonema. Finalmente, na terça-feira chegou primeira carga do material e fomos trabalhar esse material para ser usado. É porque chega numa temperatura e há todo um procedimento técnico. Retomamos o trabalho, mas na quinta-feira houve uma manifestação em São Cristóvão, que nada tem a dizer a Emurb, mas a usina foi interditada. Só começamos a produzir no início da tarde, tomamos prejuízo porque

► **SERGIPE**
GERAL DE JUSTIÇA
DE COMUNICAÇÃO
E JORNAIS

parte do material que tinha sido produzido não pôde deixar a usina. Mas é isso mesmo, lamentamos o transtorno, porque a população não tem acesso a esse detalhamento de informação. Então, passa a sensação de que estamos fazendo sem saber direito. Começa hoje, para amanhã, e tem uma série de percalços.

► **JC** – Além do projeto Rodando no Macio, muitas ruas precisam ser pavimentadas, não é verdade?

LD – O prefeito recebeu a prefeitura e inúmeras obras tinham que ser viabilizadas. Estamos retomando uma a uma. Estamos fazendo uma série de levantamentos e depois passaremos a fazer pequenas intervenções localizadas. Às vezes você tem loteamentos implantados e tem uma rua que não foi pavimentada e com pequenos serviços. Mas de grão em grão a galinha enche o papo e você termina chegando ao milhão. Isso se acumula e efetivamente estamos preferindo fazer esse levantamento num banco de dados, e assim que situação da prefeitura melhorar um pouco nós vamos passar a fazer.

► **JC** – E com o quesito loteamento, já que o senhor citou sobre eles?

LD – Loteamento é uma coisa complicada. O que o loteamento diz? Que deverá o empreendedor entrar com um projeto de como pretende repartir a área dele. Nesse desenho específico que parte do loteamento será de área verde, terá arruamentos, tem que definir os tamanhos mínimos dos lotes e uma série de coisas especificadas na lei. De posse desse desenho aprovado, pode começar a executar as obras. Sempre a coisa começa pelo começo, se aprova o loteamento e no fim se abandona tudo isso. Vendem-se os lotes e fica o problema para o município que tem sido em algumas ações condenado pela Justiça a ir realizar esses serviços. Veja como a coisa fica perversa: o empreendedor fez parte dele, vendeu os lotes, se supõe que tenha recebido, obteve o seu lucro, o que não é injustiça nenhuma em ter lucro devido. E o que acontece? Sobra para o município pagar aquilo que o empreendedor deixou de realizar. Quando o município é condenado a fazer isso, o bolso de cada cidadão que está contribuindo. E a medida que a prefeitura esta adotando é de que todo loteamento que, eventualmente, a prefeitura entra com recursos, vamos entrar com ação repressiva para que o loteante arque e faça ressarcimentos aos cofres públicos dos valores que o município foi obrigado a gastar.

► **JC** – Quando chove, a cidade tem uma série de pontos de alagamento. O que pode ser feito para diminuir esses transtornos?

“Canal não é depósito de lixo”

LD – Aracaju tem uma dificuldade muito particular por ser, praticamente, uma planície. Ela foi concebida pelo aterro das zonas alagadas, implantada em zona de manguezais. Existem órgãos de meio ambiente como hoje, Aracaju teria sido inviabilizada no seu princípio, na sua fundação. Isso traz uma dificuldade para o escoamento das águas pluviais. Tem que se entender o seguinte: nenhum projeto de drenagem pluvial é dimensionado para as grandes enchentes, mas para a média histórica das chuvas. Então, a ocorrência eventual de alagamentos é um fenômeno natural, mas se esse alagamento ocorre em pequenas chuvas, alguma coisa está errada. Só é aceito nos grandes alagamentos. E têm ocorrido essas chuvas acima da média, que são boas para o homem do campo, mas péssima para a cidade. No entanto, o que não é aceitável, em hipótese alguma, é que ocorra a chuva e lá a água fique. Não pode secar só pelo efeito do sol e isso indica claramente que a drenagem está deficiente ou ausente.

D JC – E aí, o que tem que ser feito?

LD – Tem que mudar o sistema de drenagem, mas não se faz isso da noite para o dia. Esse é o processo lento. Digo que se você hoje tivesse todo recurso do mundo não conseguiria em menos de seis meses resolver todo o problema de drenagem de Aracaju. Porque, além de ter o problema da falta de recurso, você tem o tempo físico para fazer a obra, as licitações, projetos, etc. Acho importante que a população perceba que os problemas estão presentes, mas a prefeitura vem tentando resolvê-los e temos inúmeras obras que apontam nessa direção. Agora, não dizer que a cidade não tem problema, eu correria o risco de alguém me perguntar se eu moro em Marte ou se eu moro em Aracaju. Os problemas na cidade existem, mas a prefeitura, dentro das suas possibilidades, está procurando equacioná-lo.

D JC – Por falar em drenagem, chama a atenção a situação da Zona de Expansão de Aracaju.

LD – A Zona de Expansão é um problema gravíssimo. Em muito boa hora, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, com muita sabedoria, proibiram qualquer construção ali. Isso foi uma oportunidade que se deu à cidade para sobreviver. Porque a Zona de Expansão envolve 42% da área do município e só isso da medida da importância dela. E o que vinha acontecendo ali? Um loteamento fechado ali, outro prédio ali, e cada um ia construindo como bem quisesse. Vinte a 30 anos atrás não se tinha notícia de enchente no Mosqueiro, porque

as grandes intervenções foram a Rodovia dos Náufragos e a Rodovia José Sarney. O restante foi coisa pontual. As pessoas que tinham sítio faziam o acesso das suas residências e interrompiam a lagoa e tinham a sabedoria de deixar tubulações de drenagem, fazendo interligações e aquilo se equilibrava naturalmente. Era uma coisa guiada pelo bom senso e sempre funcionou. Quando começou a acontecer o aterro indiscriminado destas lagoas, houve um crime e ninguém agride a natureza impunemente. E passou a ter enchente no Mosqueiro.

D JC – Mas o que fazer?

LD – Nós contratamos o escritório do urbanista Jaime Lerner para dar as diretrizes sobre como o Mosqueiro deve ser ocupado. Esse é o passo fundamental. De posse destas diretrizes, nós vamos traçar o estudo de macrodrenagem que estamos procurando adaptar aquilo que a prefeitura já tinha, anteriormente, trabalhado. Somos uma nova administração e não somos alinhados politicamente com o antecessor, então tudo que havia anteriormente não presta. Essa é uma atitude canhestra, burra. Há coisas a serem aproveitadas da administração anterior e nós estamos fazendo isso. Mas como lançar essas drenagens? Por onde passarão? Os primeiros movimentos que nós já temos de diretrizes da área urbana do Mosqueiro, vamos trabalhar a macrodrenagem e tivemos a oportunidade de dizer isso no Ministério Público Federal e foi muito bem entendido. Por que estávamos retardando a drenagem? Porque não adiantava lançar sem saber por onde o canal ia passar. Agora que você tem o desenho do bairro terá, que é o desenho induzido, você propõe que as coisas sejam feitas de determinada forma. Cada empreendedor que chegar à Zona de Expansão terá que enquadrar o projeto da forma que o bairro foi pensado. Isso dará uma solução definitiva para o problema.

D JC – Nós falamos de chuvas, drenagens, mas um problema recorrente é o transbordamento dos canais que cortam a cidade. Por que a Prefeitura opta a cobrir alguns canais e outros não?

LD – Quero declarar de público que sou radicalmente contrário a cobertura de canais, porque fazer isso é ativar uma bomba relógio. O canal aberto tem inconveniências e uma boa parte disso se deve ao mau uso do equipamento urbano por parte da população. Canal não foi feito para se jogar sofá velho, pneus, etc. Canal não é depósito de lixo. Mas o canal atrai rato, barata, etc. Mas ele aberto, numa enchente, até a população para se salvar vai lá faz um mutirão e tira um elemento qualquer que obstrui a passagem das águas e consegue aliviar o problema, independente da chegada do poder público. Pense nessa mesma situação em um canal fechado? Como será a limpeza disso? E o futuro dirá se eu tenho ou não razão.